



ESCOLA QUE PULSA: UMA HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA EMEF PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA



DESTAQUES

A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Bruna Dias Campos



DESAFIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marcia Muniz Brilhante de Toledo



Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 29 - Junho de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Andréia Fernandes de Souza

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas: Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Bruna Dias Campos
- Ivan Aparecido da Silva
- Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
- Jucélia Maria do Nascimento
- Lucas Missio Christino
- Luiza de Caires Atallah
- Marcia Muniz Brilhante de Toledo
- Ntusa Mahuila
- Taisa da Silva Souza
- Tamires Aparecida Silva dos Santos
- Viviane de Cássia Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 29 (jun. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

88 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:



<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.29>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Denise Mak
Isac dos Santos Pereira
Patrícia Tanganelli Lara
Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887
Whatsapp: (11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com
https://primeiraevolucao.com.br
São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com
Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/
https://pixabay.com
https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.



Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO O Editor

09 DESTAQUE

ESCOLA QUE PULSA: UMA HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA EMEF PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA

COLUNA

10 Semeando Ideias

Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos



ARTIGOS

- ★ 1. A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA
Bruna Dias Campos 17
2. O MODELO EDUCATIVO GREGO E A EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA
Ivan Aparecido da Silva 23
3. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E OS DESDOBRAMENTOS PARA A COMUNICAÇÃO DE SURDOS
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro 29
4. O BRINCAR HEURÍSTICO COMO DESEMPAREAMENTO NA INFÂNCIA
Jucélia Maria do Nascimento 35
5. A INFRAESTRUTURA, OBJETIVOS E CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA
Lucas Missio Christino 41
6. INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL DA TEORIA PARA A REALIDADE
Luiza de Caires Atallah 47
- ★ 7. DESAFIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Marcia Muniz Brilhante de Toledo 53
8. REFLEXÕES SOBRE A CONCEITUAÇÃO DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA NO SUBSISTEMA DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO
Ntusa Mahuila 61
9. NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA
Taisa da Silva Souza 67
10. O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tamires Aparecida Silva dos Santos 73
11. NEUROPSICOPEDAGOGIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM
Viviane de Cássia Araujo 81

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E OS DESDOBRAMENTOS PARA A COMUNICAÇÃO DE SURDOS

JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO

RESUMO: A comunicação é um meio fundamental na sociedade, e para as pessoas surdas a Língua Brasileira de Sinais – Libras é o principal recurso para que a comunicação aconteça, mas ainda encontramos muitas dificuldades e barreiras no ensino e compreensão da mesma. O intuito desse artigo é trazer uma reflexão sobre o ensino da Libras, respeitando a língua, a diversidade e a regionalidade para que o aluno se aproprie dela. A reflexão de que mesmo com as leis federais e estaduais que garantam os direitos a inclusão, ainda deparamos com os desafios de acessibilidade na comunicação que exclui o público surdo. Ainda há a necessidade de repensar no acesso unificado da Libras, pois muitos dos sinais são desconhecidos devido às diferenças regionais, dos grupos e comunidade.

Palavra-chave: Acessibilidade. Comunicação. Inclusão. Pessoas surdas. Desafios.

INTRODUÇÃO

Atualmente, discussões sobre o ensino de Libras têm sido cada vez mais realizadas nas Políticas Públicas e no ambiente escolar. Em 1952, na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação (SME), iniciou formação educacional para as pessoas com deficiências, criando o primeiro Núcleo Educacional para Crianças Surdas, no centro paulista.

A partir da década de 1970, o tema se tornou preocupação da Gestão Pública, sendo criadas instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais, estaduais e leis. Apesar disso, no caso da Libras, ainda é possível encontrar desafios para o ensino da mesma.

A comunicação é um elemento que surgiu para facilitar as relações sociais ao longo da história da humanidade e envolve pelo menos três atores: o emissor, a mensagem e o receptor. Assim, o ato de comunicar não pode ser considerado apenas como a verbalização do pensamento, mas sim uma relação de trocas entre as pessoas o que corrobora as ideias de Bakhtin (1981), cujo fundamento é a natureza social da linguagem, onde a comunicação dos grupos sociais de cada época reflete as condições e as finalidades da sociedade.

Para o autor, o indivíduo se constitui discursivamente ao apreender as vozes alheias de forma singular. No caso da Libras é possível encontrar dificuldades e desafios para o ensino da mesma. Um problema é a questão da regionalidade e as avaliações externas, onde muitas vezes, a criança realiza uma avaliação que não é acessível a ela.

Ainda, diante da diversidade e pluralidade dos sinais regionais, muitas vezes o aluno ainda na aquisição da língua desconhece muitos sinais utilizados, comprometendo assim seu rendimento.

De acordo com a literatura, o termo comunicação tem agregado diferentes sentidos, podendo variar seu significado de acordo com a situação. As diferentes significações estão presentes em diversos dicionários. Sua raiz epistemológica vem do Latim que significa “communicatio”: o prefixo co, que significa simultaneidade; a raízmunis, que significa ‘estar encarregado de’; e o sufixo tio, que reforça a ideia de atividade.

Assim, comunicar-se não é apenas transmitir mensagens, mas, um processo de ressignificação de significações. O emissor se beneficia de instrumentos linguísticos e extralinguísticos para trazer significado a sua intenção. Utilizam-se os meios disponíveis para comunicação, seja ela falada ou escrita.

Assim, o objetivo do presente artigo é trazer uma reflexão sobre o ensino da Libras, respeitando a língua, a diversidade e regionalidade a fim de que o aluno se aproprie dela.

Os resultados indicaram que no caso do Brasil, cada região ensina sinais diferentes, comprometendo assim, o desenvolvimento dos estudantes principalmente na acessibilidade às Libras.

TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DOS SURDOS AO LONGO DOS ANOS

O conhecimento e a reflexão sobre a história dos surdos ajudam na compreensão de quem é esse sujeito revelando o quanto essa trajetória está baseada nas relações de poder da própria sociedade (PADDEN e HUMPRIES, 1996).

Ao longo da história, as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência eram, muitas vezes, consideradas amaldiçoadas, sendo excluídas da sociedade e vistas como um objeto de caridade.

Os surdos eram vistos como dignos de pena, tanto pela sociedade, quanto pela própria família com o passar do tempo e a evolução da sociedade essa visão vem se modificando, servindo de palco para as discussões atuais (PERELLO e TORTOSA, 1978).

O Código Justiniano, do século VI, relata uma das primeiras referências sobre os surdos, classificando a surdez em categorias. Essa divisão trouxe mudanças significativas em relação ao tratamento, trazendo modificações para a classificação da surdez ao longo dos séculos, sempre acompanhando as evoluções científicas (RABELO, 2001).

Em relação à aprendizagem, esse tipo de questionamento data do século XVI. Antes, o surdo não recebia uma educação formal, já que a linguagem oral era fundamental. A educação formal para eles iniciou-se na Espanha, no ano de 1555, com o padre Ponce de León que educou um indivíduo surdo de família nobre. Na época, o ensino baseava-se no alfabeto manual, na escrita e no treino para a fala.

Em 1750, o abade Charles Michel de L'Épée foi um dos responsáveis pela mudança na educação dos mesmos. Ele aprendeu a língua de sinais com surdos que viviam em Paris, introduzindo esse sistema e criando o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, primeira escola de surdos do mundo. Seu sucessor foi o abade Sicard, que permaneceu utilizando o alfabeto de mão e sinais metódicos (PERELLO e TORTOSA, 1978).

Entre 1807 e 1808, Jean-Marie Gaspard, cirurgião militar francês, publicou dois documentos para a escola de Medicina: uma sobre os métodos de devolver a palavra aos surdos e a outra sobre a restauração da audição para surdos. A metodologia estava baseada em melhorar a capacidade de detectar e reconhecer sons; treinar a discriminação das vogais e consoantes; apresentar diferentes pares de sílabas; transcrever sílabas e lê-las; apresentar diferentes palavras e frases diferentes. Mais tarde, ele reconheceu que para educar surdos, era necessário utilizar a sua língua natural, a língua de sinais (PERELLO e TORTOSA, 1978).

No ano de 1815, Gallaudet, professor americano, viajou à Inglaterra a fim de conhecer novos métodos para educação de surdos. Encontrou apoio no Instituto Nacional de Surdos-mudos de Paris, aprendendo a língua de sinais francesa e diferentes métodos de ensino.

Dois anos depois, voltou para os Estados Unidos juntamente com o surdo francês Laurent Clèrc onde fundaram a primeira escola exclusiva para alunos surdos, que utilizava o francês sinalizado, baseada no léxico da língua de sinais francesa e a estrutura oral, adaptada para o inglês.

Com isso, a educação acabou assumindo a responsabilidade de reabilitação, deixando de lado a função pedagógica, priorizando os treinos auditivos para que todos os sinais sonoros pudessem se transformar em informações, e conjunto com a leitura orofacial (CARVALHO, 2007).

Em 1960, Stokoe publicou o artigo "Sign language structure: an outline of the visual communication system of the american deaf", abrindo ainda mais as portas para a língua de sinais. Assim, a denominação "deficiente auditivo" mudou para "surdo" (QUADROS, 2007).

Essa evolução toda em relação à língua demonstrou que ela apresenta um patrimônio lexical, pois, o acervo de sinais está em constante mudança. Alguns sinais se tornaram antigos, outros mudaram de sentido, outros foram incorporados ou introduzidos por conta das diferenças culturais.

Existem várias línguas de sinais por todo o mundo, porém, não são universais, são diferentes umas das outras e independem das línguas orais. Cada língua de sinais tem sua própria estrutura gramatical, onde os indivíduos inseridos nacionalmente em sua cultura surda possuem língua própria e cada comunidade desenvolveu a sua própria língua de sinais (RABELO, 2001).

No Brasil, os primeiros passos em relação à comunidade surda surgiram no ano de 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos, criado para oferecer educação intelectual, moral e religiosa (BRASIL, 1857).

No ano seguinte, com a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos-mudos, a população surda pôde passar a contar com uma escola especializada, propiciando o surgimento da Libras (SOARES, 1999).

Ainda, segundo o autor, somente na década de 1970 é que se introduziu no Brasil a filosofia da comunicação total e na década de 1980, o bilinguismo. Comparada ao restante da América Latina, o único país que não fala espanhol é o Brasil. Os países de fala hispânica possuem língua de sinais distintas e diferentes línguas orais com a mesma língua de sinais, como acontece nos Estados Unidos e Canadá.

A sistemática culminou com a oficialização da Libras, a partir do Decreto nº 5.626/2005, regulamentando a Lei nº 10.436/02, sendo reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. A legislação trouxe o acesso e o ensino de Libras, a formação de intérpretes e sua presença em locais públicos.

Assim, a língua de sinais foi respaldada pela linguística, com todas as características que lhe conferem o valor de uma língua (FELIPE, 2003).

A Libras pode ser considerada uma língua com uma variedade de sinais por região muito grande exigindo o aprendizado dessas variações para quem trabalha com a mesma, além de formas diferentes para se comunicar. Isso também ocorre pelo fato de não haver uma padronização no ensino da mesma.

Cada lugar, comunidade ou grupo ensina a língua de forma diferente, não só relacionado à didática, mas, a partir de sinais diferentes restringem a difusão do conhecimento, não alcançando grandes distâncias.

Deve-se destacar que a língua de sinais não é igual no mundo todo. No país, a Libras também, pois a mesma apresenta uma grande variação pela regionalidade dos sinais. Tem-se a preocupação, diante de tanta variação, se a Libras está sendo ensinada de forma correta; como garantir a comunicação e o entendimento entre os indivíduos diante da falta de vocabulário e o agravante de saberem sinais diferentes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento pertinente às aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem aprender ao longo das etapas da Educação Básica, a Libras aparece tornando possível, em caráter nacional, a realização de discussões relacionadas à necessidade do respeito às singularidades linguísticas da comunidade surda e do uso desta no ambiente escolar (BRASIL, 2018).

Atualmente, as discussões e preocupações entre Políticas Públicas, tem ocorrido constantemente. O último senso referente ao tema, de 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantou 10 milhões de pessoas surdas, o equivalente a 5% da população brasileira.

Com números crescentes, a falta de dados mais atualizados, a pergunta é como garantir o entendimento dos estudantes brasileiros diante de avaliações externas como Prova Brasil, e outras, tenham acessibilidade em Libras, com tantas variações linguísticas?

A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida pela Lei Federal nº 10.436/02 e inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2015, com o intuito de alcançar uma efetiva inclusão social, a fim de facilitar o desenvolvimento educacional, pessoal e social dos alunos surdos e também dos não portadores, legitimando assim uma grande conquista social.

A BNCC é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas/modalidades da Educação Básica. A lei Citada anteriormente, em seu Artigo 1º reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras):

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, s/p.).

Vygotsky (1993), relata que o grande problema é justamente a comunicação. No caso das crianças surdas, as mesmas não são expostas a sua língua materna o que resulta em dificuldades de socialização e aprendizagem. A BNCC não contempla o ensino de Libras no caso da Educação Infantil, o que causa transtorno ainda maior a essas crianças.

Porém, em relação à Educação Básica o documento encontra-se baseado em princípios éticos, políticos e estéticos relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Por isso, há a necessidade de adaptar o material pedagógico, levando-se em consideração que a língua é de modalidade visual-espacial.

Os eixos procuram trabalhar as temáticas do ponto de vista das atividades pedagógicas, conhecendo as principais dificuldades encontradas pelos surdos durante a escrita da língua portuguesa, observando-se que os surdos apresentam um grande grau de dificuldade no processo de compreensão da língua portuguesa. Por isso a necessidade de se trabalhar o bilinguismo, Libras para surdos e o português de forma concomitante.

Estão previstas competências da área de linguagens, desenvolvendo a linguagem oral ou visual motora, como a Libras e a escrita, além das linguagens corporal, visual, sonora e digital voltadas para a comunicação, entendimento mútuo e o compartilhamento de informações (BRASIL, 2018).

Os surdos necessitam de uma educação voltada para a compreensão de imagens, de ações voltadas ao cotidiano, às dinâmicas sociointeracionais e simbólicas favorecendo a formação do estudante. Segundo Perrenoud é essencial ressignificar o planejamento para: “organizar as interações e atividades de modo que cada aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam as mais fecundas” (PERRENOUD, 2001, p. 28).

Ou seja: “a surdez em si não influencia o desenvolvimento socioemocional da criança; tudo dependerá das pessoas que participam do seu dia a dia e o que fazem para que essa criança progrida em linguagem, sociabilidade e comunicação” (MAINIERI, 2011, p. 88).

Além da BNCC, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica trazem a importância da utilização e acesso ao ensino de Libras para os alunos surdos a fim de que: “tenham o conhecimento sobre Língua Portuguesa e de sinais, Letras e Linguística, compreendendo que tais conhecimentos são fundamentais para a qualidade do atendimento” (BRASIL, 2013, p.14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Libras é uma língua em que há a necessidade de aprender várias línguas dentro da mesma, além de formas diferentes para se comunicar. Isso ocorre também pelo fato de não haver uma padronização no ensino da língua.

Cada lugar, instituição, comunidade ou grupo ensinam a língua de forma diferente, não em relação à didática, mas, com sinais diferentes para pequenos grupos, fazendo com que a difusão deste conhecimento não alcance grandes distâncias.

A língua de sinais em nível nacional apresenta uma grande variação de acordo com a regionalidade. Como problemática, existe a preocupação, se a Libras está sendo ensinada de forma correta diante de tantas variações a fim de garantir a comunicação e o entendimento entre os indivíduos diante da falta de vocabulário e o agravante de saberem sinais diferentes.

No caso dos documentos oficiais, a língua de sinais é um elemento identificador dos surdos, pertencendo a sua comunidade, cujas competências linguísticas e cognitivas são eficazes e eficientes, permitindo que eles constituam uma comunidade linguística diferenciada perante o restante da sociedade.

Ainda, é necessário que os governos repensem nas avaliações externas, pois, a nível nacional, a prova é unificada, mas muitos dos sinais são desconhecidos devido às diferenças regionais, e/ou grupos e comunidade.

Mesmo com a tecnologia encurtando distâncias, não há grandes resultados. Muitas vezes as instituições desenvolvem pesquisas e produções com tema semelhante e resultados diferentes, e esses novos conhecimentos só são partilhados com o público local, ou seja, que frequenta e tem acesso a instituição, por isso, a importância e necessidade de se discutir o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____ (Org.). **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei n. 939, de 26 de setembro de 1857**. Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1858-1859. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 1, p. 37, 1857. Disponível em: <https://>

legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=939&ano=1857&ato=4400TPB50MJRVTOdb. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **MEC; SEB; DICEI. 2013.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=3019. Acesso em: 23 abr. 2022.

CARVALHO, P.V. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal.** Lisboa: Surd'Universo, 2007.

FELIPE, T.A. A função do intérprete na escola e na escolarização do surdo. In: **Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões** – Seminário Nacional do Ines, 8; Congresso Internacional do Ines, 2, 2003, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Ines. p.87-98. 2003.

MAINIERI, C.M.P. **Desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos:** Cognitivo, afetivo e social. Curitiba: IESDE, Brasil S.A, 2011.

PADDEN, C.; HUMPRIS, T. **Deaf in America: voices from a culture.** Cambridge: Harvard University. 1996.

PERELLO, J.; TORTOSA, F. **Sordomudez.** Barcelona: Científico-Médica. 1978.

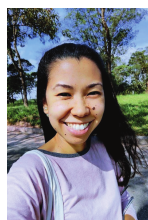
PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças:** fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

QUADROS. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa.** 2.ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

RABELO, A.S. **A construção da escrita pelo surdo.** Goiânia: Editora da UCG. 2001.

SOARES, M.A. L. **A educação dos surdos no Brasil.** Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Edusf. 1999

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.



Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro

Licenciada em Pedagogia Plena pela Faculdade Sumaré, SP. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.29>

LUÇÃO



a EVOLUÇÃO ISSN 2675-2573

5 anos
Cinquentenário
EMEF PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA

**ESCOLA QUE PULSA:
UMA HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA EMEF
PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA**


A educação por que a vive



EMEF PROF. ANTÔNIO DUARTE DE ALMEIDA


DESTAQUES

A EDUCAÇÃO INFANTIL: ESSA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA
Bruna Dias Campos

DESAFIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Marcia Muniz Brilhante de Toledo





www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Bruna Dias Campos
Ivan Aparecido da Silva
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Jucélia Maria do Nascimento
Lucas Missio Christino
Luiza de Caires Atallah
Marcia Muniz Brilhante de Toledo
Ntusa Mahuila
Taisa da Silva Souza
Tamires Aparecida Silva dos Santos
Viviane de Cássia Araujo

ISSN 2675-2573

29 >

9 772675 257003

doi <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.29>

Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

